

**PUBLICADO NO D.O.E. DE 12.03.2022 – Seção I – Pág. 314**

**CAMPUS DE MARÍLIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
EDITAL Nº 111/2022 – FFC/CM**

Acham-se abertas, nos termos do Despacho nº 161/2022- RUNESP de 25/02/2022, publicado em 26/02/2022 e com base no Estatuto e Regimento Geral da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, bem como na Resolução UNESP nº 11/2019 e alterações posteriores, as inscrições no concurso público de Títulos e Provas para provimento de **01 cargo de Professor Assistente**, com titulação mínima de Doutor, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP sob o regime jurídico efetivo, **na área de conhecimento Educação**, junto ao Departamento de Administração e Supervisão Escolar da Faculdade de Filosofia e Ciências do Campus de Marília. A inscrição implicará a completa ciência e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

### **1. VENCIMENTO**

**1.1.** O vencimento corresponde à referência MS-3.1 = R\$ 11.069,17 mensais, em jornada de 40 horas semanais de trabalho.

### **2. INSCRIÇÕES**

**2.1.** As inscrições serão recebidas via internet, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>. O candidato deverá preencher o formulário eletrônico e realizar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 118,00 por meio de boleto bancário, disponível na área do candidato, no mesmo endereço eletrônico, **no período de 14/03/2022 a 12/04/2022**, no horário das 00:00 às 23:59, observado o horário de Brasília.

**2.2.** A inscrição só será validada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição dentro do período de inscrições.

**2.3.** O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição, satisfeitas as exigências do item 5.

**2.4** Por se tratar de concurso de provimento de apenas 01 cargo público, não haverá reserva de vaga para pessoa com deficiência.

### **3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO**

**3.1.** Poderão inscrever-se graduados em curso superior na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que tenham no mínimo, título de Doutor em Educação. A qualificação necessária à inscrição para o concurso público será demonstrada pela formação do candidato, em nível de graduação e de pós-graduação, de acordo com as áreas acima especificadas.

**3.2.** O candidato estrangeiro poderá inscrever-se no concurso público com passaporte. Entretanto, por ocasião da nomeação, deverá apresentar a cédula de identidade com visto permanente, ou, se for o caso, visto temporário e, no prazo de 30 (trinta) dias, entregar cópia simples do protocolo do pedido de transformação do visto temporário em permanente, sob pena de exoneração.

**3.3.** Os diplomas de graduação com validade nacional ou os obtidos no exterior serão aceitos para fins de inscrição.

**3.4.** Os diplomas de graduação obtidos no exterior deverão ser revalidados por universidades públicas, atendendo aos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996.

**3.5.** Os títulos obtidos fora da UNESP serão admitidos para fins de inscrição no concurso, quando expedidos em cursos de pós-graduação, cujos programas foram recomendados pela CAPES e reconhecidos pelo MEC.

**3.6.** Os títulos obtidos no exterior serão considerados para fins de inscrição no concurso, devendo, contudo, ser reconhecida sua equivalência aos títulos conferidos pela UNESP.

**3.7.** Os títulos de Mestre, de Doutor e de Livre-docente serão aceitos para inscrição obedecendo

aos seguintes dispositivos:

**3.7.1.** os títulos de Mestre e de Doutor serão aceitos, quando obtidos em cursos de pós-graduação credenciados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

**3.7.2.** os títulos de Mestre e de Doutor obtidos no exterior serão aceitos, devendo ser reconhecidos e registrados por universidades que possuam cursos de pós-graduação credenciados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

**3.7.3.** o título de Livre-docente obtido fora da Unesp será aceito, devendo ser reconhecida sua equivalência aos títulos conferidos pela Unesp.

**3.8.** O atendimento aos itens 3.3, 3.4 e 3.7 é condição para a continuidade do vínculo docente com a Unesp.

**3.9.** Para a realização da prova didática, o candidato deverá definir, no ato da inscrição, dois dos pontos publicados no edital, conforme item 9.3 dos Critérios de Avaliação.

#### **4. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSCRIÇÃO**

**4.1.** Formulário de inscrição devidamente preenchido (obtido no item 2.1), indicando nome completo, número da cédula de identidade, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, residência, profissão e endereço eletrônico, anexando frente e verso os documentos abaixo:

**4.1.1.** Pelo menos um dos seguintes documentos de identificação com foto: cédula de identidade; carteira nacional de habilitação; cédula de identidade de estrangeiro com visto permanente ou temporário e na falta desta, o passaporte, no caso de candidato estrangeiro;

**4.1.2.** comprovante de graduação em curso superior na área de Ciências Humanas e Sociais aplicadas;

**4.1.3.** comprovante do título de Doutor (conforme item 3.1) ou cópia da ata de defesa da tese, condicionada a apresentação do título homologado na ocasião da nomeação;

**4.1.4.** Curriculum Lattes; Candidatos estrangeiros podem se cadastrar no site da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

**4.1.5.** Projeto de pesquisa na linha de **Política e Gestão da Educação**, com duração de 24 meses, plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação, referente a 01 ano letivo, e plano de ações de extensão universitária, referente a 01 ano letivo.

**4.2.** declarar no formulário de inscrição que se compromete a apresentar Projeto de Pesquisa em consonância com o Plano Global de Atividades, relativo ao regime de Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP, devidamente protocolado, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação, uma vez convocado para a nomeação.

**4.3.** declarar no formulário de inscrição que o candidato tem conhecimento da legislação em vigor na UNESP, em especial sobre regimes de trabalho docente no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP Resolução Unesp nº 85/1999 e suas alterações, regulamentada pela Portaria Unesp 06/2000 e suas alterações - disponíveis no endereço eletrônico: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>].

**4.4.** Todos os documentos serão enviados através do sistema de inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, anexos ao pedido de inscrição do candidato, no formato PDF (Portable Document Format), com limite de 200MB por arquivo.

#### **5. REDUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – LEI 12.782/2007**

**5.1.** A redução do valor da taxa de inscrição, correspondente a 50% (cinquenta por cento), será concedida aos candidatos interessados que atendam, CUMULATIVAMENTE, os seguintes requisitos:

**5.1.1.** sejam estudantes, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação.

**5.1.2.** percebam remuneração, mensal, inferior a 02 (dois) salários mínimos, ou estejam desempregados.

**5.2.** A concessão da redução ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, no ato da inscrição:

**5.2.1.** quanto à comprovação da condição de estudante, de um dos seguintes documentos:

a) certidão ou declaração, expedida por instituição de ensino pública ou privada;

b) carteira de identidade estudantil ou documento similar (frente e verso), expedido por instituição de ensino pública ou privada, ou por entidade de representação discente;

**5.2.2.** quanto às circunstâncias previstas no item 5.1.2. deste Edital: comprovante de renda, ou declaração, por escrito, da condição de desempregado.

**5.3.** O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá se inscrever nos 02 (dois) primeiros dias do período de inscrição.

**5.4.** O candidato que tiver interesse na redução da taxa de inscrição, deverá acessar no período de 0h do dia 14/03/2022 às 23h59 do dia 15/03/2022, observado o horário de Brasília, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> (no campo INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, do formulário de inscrição), ler e aceitar o requerimento de redução de taxa e enviar até o dia 15/03/2022 os comprovantes estabelecidos nos itens 5.1 e 5.2.

**5.4.1.** O candidato deverá atestar a veracidade das informações documentais no requerimento de redução de taxa. Em caso de declaração falsa, haverá sanções administrativas, civis e penais.

**5.5.** Somente serão aceitos os documentos dos quais constem todos os dados necessários à sua perfeita análise.

**5.6.** O deferimento ou indeferimento das solicitações de redução de taxa de inscrição será disponibilizado no dia 16/03/2022, a partir das 14 horas e, no caso de indeferimento, o prazo para interposição de recurso será de 03 (três) dias contando a data de divulgação no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>.

**5.7.** Não será concedida a redução de taxa do valor da inscrição ao candidato que:

- a)** deixar de efetuar o pedido de redução de taxa pela Internet;
- b)** omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- c)** fraudar e/ou falsificar documento;
- d)** pleitear a redução, sem apresentar os documentos previstos nos itens 5.1 e 5.2;

**5.8.** Declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei.

**5.9.** O candidato que não comprovar as condições constantes nos itens 5.1 e 5.2, CUMULATIVAMENTE, não terá o pedido de redução de taxa da inscrição deferido e a inscrição só será validada mediante pagamento do valor total da respectiva inscrição.

## **6. DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES**

**6.1.** As inscrições que não se enquadrarem nas exigências estabelecidas no edital de abertura de inscrição serão indeferidas e publicadas no DOE, juntamente com as deferidas, na mesma data de divulgação da composição da Banca examinadora.

**6.2.** O candidato poderá apresentar reconsideração ao Diretor da Unidade no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do indeferimento, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, que será analisado pela Congregação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao prazo final do recurso, devendo o resultado da análise ser publicado no DOE.

## **7 - DA BANCA EXAMINADORA**

**7.1.** A banca examinadora será composta de três professores indicados pela Congregação, devendo um deles ser da Unidade e dois de fora do Câmpus;

**7.2.** Serão designados pela Congregação, dois suplentes para substituir os membros titulares, em caso de impedimento, sendo um deles da Unidade e um de fora do Câmpus;

**7.3.** A composição da Banca Examinadora será divulgada aos(as) candidatos(as) por meio do endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>, e publicado no DOE, na mesma data da publicação do deferimento/indeferimento das inscrições.

**7.4.** No prazo de até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da Banca Examinadora (não computado o dia da publicação) poderá ser apresentada ao Diretor da Unidade, impugnação ao nome de um ou mais membros, titulares ou suplentes, exclusivamente para apontar, de forma fundamentada, a existência de causa de impedimento.

**7.5.** Terá legitimidade para apresentar a impugnação:

- a) qualquer candidato;
- b) membro da Congregação;

**7.6.** A impugnação será julgada pela Congregação, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, em decisão fundamentada, a ser disponibilizada ao interessado, mediante requerimento.

**7.7.** Será considerada definitiva a Banca Examinadora:

- a)** quando não tenha sido apresentada qualquer impugnação;
- b)** se a impugnação apresentada não for acolhida;
- c)** se acolhida a impugnação, for definitivamente superada a falha.

**7.8.** A apresentação de requerimento para impugnação da Banca Examinadora deverá ser realizada através do sistema de inscrições, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> dentro do prazo previsto no item 7.4.

## **8. PROVAS**

**8.1.** A convocação para as provas será feita por meio de publicação no DOE, com, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis de antecedência à data de realização da prova, conforme cronograma anexo.

**8.1.1.** É de responsabilidade exclusiva do candidato o acompanhamento por meio de edital a ser publicado no DOE, da data, horário e local para a realização das provas.

**8.2.** No dia da realização das provas, o candidato deverá:

**a)** apresentar original de um dos seguintes documentos de identificação: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Certificado Militar, Carteira Nacional de Habilitação, expedida nos termos da Lei Federal nº 9.503/97, Passaporte, Carteiras de Identidade expedidas pelas Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Serão também aceitos digitalmente apenas a Carteira Nacional de Habilitação e Título de Eleitor, desde que o candidato apresente o documento DIRETAMENTE do aplicativo (prints e fotos dos documentos não serão aceitos).

**b)** utilizar máscara de proteção facial, com cobertura total de nariz e boca, para uso pessoal, e que permita com clareza sua identificação, assim como atender às regras e orientações relativas ao distanciamento e à prevenção do contágio do COVID-19.

**8.2.1.** No dia da realização da prova escrita, além do que consta no item 8.2., o candidato deverá apresentar cópia simples do Curriculum Lattes, com os documentos comprobatórios impressos. A não apresentação eliminará o candidato do certame.

**8.2.2.** O candidato que não apresentar os documentos, conforme os itens 8.2 e seus subitens, não fará a prova, sendo considerado ausente e eliminado do Concurso.

**8.2.3.** Considerando as recomendações e medidas dos centros e departamentos governamentais do Estado de São Paulo, com vistas à prevenção do contágio e ao combate do novo Coronavírus (COVID-19), serão observados os cuidados de distanciamento social e higienização relativos à prevenção do contágio do COVID-19, devendo o candidato:

**a)** se estiver com sintomas de COVID-19 ou se teve contato com alguém doente ou com suspeita de COVID-19, não comparecer ao local de provas;

**b)** comparecer e permanecer no local de provas fazendo uso de máscara de proteção facial, com cobertura total de nariz e boca. Não será permitida a entrada, nem a permanência, no local de provas, de candidato que estiver sem a máscara (Decreto Estadual no 64.959, de 4 de maio de 2020);

**b.1)** poderá ser dispensado de utilizar a máscara o candidato com transtorno do espectro autista, com deficiência intelectual, com deficiência sensorial ou com quaisquer outras deficiências que o impeça de fazer o uso adequado de máscara de proteção facial, desde que apresente declaração médica específica, no dia da realização da respectiva prova;

**c)** dirigir-se imediatamente à sua respectiva sala de prova. Será proibida a permanência de candidatos e de outras pessoas no saguão, área externa ou corredores do local de provas;

**d)** o candidato será responsável pelo acondicionamento e/ou descarte de seu material de proteção pessoal utilizado (máscaras, luvas etc), seguindo as recomendações dos órgãos de saúde. Não será permitido o descarte desse material no local de provas.

**8.2.4.** Recomenda-se, ainda, que o candidato:

a) leve máscaras adicionais, de acordo com o período de duração de sua prova, considerando as recomendações dos órgãos de saúde;

b) leve álcool em gel a 70% para uso pessoal;

c) leve garrafa ou utensílio para acondicionamento de água (à vista de que os bebedouros somente poderão ser acionados para enchimento dessa(e) garrafa/utensílio).

**8.2.5.** Se houver dúvida em relação à fisionomia/identidade do candidato no momento da identificação, poderá ser exigida a retirada da máscara, mantido o distanciamento recomendado, e sua imediata recolocação após a identificação, podendo, ainda, ser exigido o exame da máscara

e/ou máscara reserva.

**8.2.6.** Durante a realização da prova, também poderá ser exigida a retirada da máscara, conforme o procedimento descrito no item 8.2.5.

**8.3.** O concurso público para provimento de cargo de Professor Assistente constará de 02 (duas) fases, sendo que o número de candidatos por vaga aprovados para a segunda fase será de, no máximo, 06 (seis), quando o número de candidatos inscritos por vaga for superior a 12 (doze), devendo ser respeitada a rigorosa ordem de classificação.

**8.3.1.** Primeira fase: prova escrita de caráter eliminatório e classificatório.

**8.3.2.** Segunda fase: prova de títulos; prova didática; prova de análise e arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação, do plano de ações de extensão universitária e, se for o caso, prova prática, todas de caráter classificatório.

**8.4.** Os candidatos empatados na última colocação da primeira fase estão habilitados a realizar as provas da segunda fase.

**8.5.** Na avaliação do candidato será adotado o critério de notas de 0 (zero) a 10 (dez) em todas as provas, que terão os seguintes pesos:

- Prova escrita (peso 1)
- Prova de títulos (peso 2)
- Prova didática (peso 2)
- Prova de análise e arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação e do plano de ações de extensão universitária (peso 1)

**8.6.** A realização das provas do concurso obedecerá à ordem de inscrição dos candidatos.

**8.7.** A prova didática, a prova de análise e de arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação e do plano de ações de extensão universitária e, quando houver, a prova prática, serão públicas e gravadas, sendo que o candidato inscrito concorda tacitamente e autoriza essas gravações.

**8.8.** Após o término de cada fase, o candidato poderá interpor recurso devidamente fundamentado, em até 2 (dois) dias úteis, em qualquer uma das provas do concurso ao Chefe do Departamento responsável pelo concurso, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> e o resultado da análise divulgado no sistema de inscrição em até 2 (dois) dias úteis.

**8.9.** No caso de concursos realizados em duas fases não sequenciais, a lista final dos candidatos classificados para a segunda fase será divulgada no sistema de inscrição após o exame de todos os recursos.

**8.9.1.** Deferido o recurso pela banca examinadora, fica confirmada a participação do candidato na segunda fase. Caso contrário, o candidato será eliminado do concurso.

**8.10.** Se o número de candidatos inscritos for menor ou igual a 12 (doze), todos os candidatos presentes realizarão as duas fases do concurso, em sequência, de acordo com o cronograma estabelecido pela banca examinadora, sendo todas as notas divulgadas apenas ao final do concurso.

## 9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

### 9.1. Prova Escrita

**a)** Após o sorteio de um dos pontos publicados no edital, o candidato terá 60 minutos para consultar a bibliografia pertinente ao tema sorteado e, em seguida, mais 180 minutos para discorrer sobre o mesmo. As provas serão corrigidas por todos os membros da banca examinadora, totalizando três notas, variando de 0 a 10, com aproximação até a primeira casa decimal, sendo essas notas utilizadas no cálculo da média final de cada candidato.

**b)** A avaliação da prova escrita obedecerá aos seguintes critérios e as respectivas pontuações:

Apresentação - no máximo 1 ponto:

- Introdução: 0,25
- Desenvolvimento: 0,50
- Conclusão: 0,25

Conteúdo - no máximo 7 pontos:

- Desenvolvimento do tema: 4,0
- Organização: 1,0

- Coerência: 1,0
- Clareza de ideias: 1,0
- Linguagem - no máximo 2 pontos:
- Uso adequado da terminologia técnica: 0,5
- Propriedade: 0,5
- Clareza: 0,5
- Precisão e correção gramatical: 0,5

**c) Nota mínima para aprovação na prova escrita: 7,0.**

## **9.2. Prova de Títulos**

**a) Será realizada mediante a análise do Curriculum Lattes, devidamente documentado, seguindo os critérios abaixo descritos:**

-Títulos Acadêmicos: (2,0)

Doutorado (no máximo 1,5)

P1 – Área de conhecimento do concurso. (1,5)

P2 – Áreas afins: qualquer área que tenha relação direta com educação e/ou ensino – (Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, Educação Física, Educação Matemática, Alfabetização etc). (1,0)

Mestrado (no máximo 1,0)

P1 – Área do concurso.(1,0)

P2 – Áreas afins: qualquer área que tenha relação direta com educação e/ou ensino – (Sociologia da Educação, Filosofia da Educação, Educação Física, Educação Matemática, Alfabetização etc).(0,6) P3 – Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.(0,3)

- Publicações: (no máximo 5,0) – Considerar apenas as publicações dos últimos 10 anos

P1 – Revistas Nacionais ou Internacionais, com qualis ou indexadas, e livros. A – no máximo 2,5 / B – no máximo 2,0 / C – no máximo 1,0

P2 – Capítulos de livro. (A – no máximo 1,5) / B – no máximo 1,0 / C – no máximo 0,5

P3 – Demais Revistas Nacionais ou Internacionais. (A – no máximo 1,0) / B – no máximo 0,8 / C – no máximo 0,5

P4 – Livros didáticos, trabalhos completos em eventos internacionais. (A – no máximo 1,0) / B – no máximo 0,8 / C – no máximo 0,3

P5 – Trabalhos completos em eventos nacionais (A – no máximo 1,0) / B – no máximo 0,7 / C – no máximo 0,3

Atividades de Extensão: (1,0)

P1 Coordenação de Plano/Projeto de Extensão (no máximo 1,0)

P2 Participação em Plano/Projeto de Extensão (no máximo 0,8)

- Atividade Didática: (2,0)

P1 – Disciplinas ministradas na área do concurso. (no máximo 1,5)

P2 – Disciplinas ministradas na educação superior (áreas afins/Educação).( no máximo 1,0)

P3 – Disciplinas ministradas na educação superior (Ciências Humanas).(no máximo 0,5)

P4 – Atuação na educação básica. (no máximo 1,0)

- Outras atividades: (1,0)

P1 – Experiência profissional na gestão e coordenação de cursos/instituições na área da educação; (no máximo 1,0)

P2 - Coordenação de pesquisas e/ou de grupos de pesquisa; orientações de pesquisa; membro de Comitê de Revistas Científicas. (no máximo 0,5)

P3 – Palestras/cursos ministrados. (no máximo 0,3)

P4 – Participação em bancas. (no máximo 0,2)

1. Para análise, a banca deve considerar a área do curso de graduação e de pós-graduação e o título da dissertação e/ou tese.

2. No momento de avaliação dos candidatos, pontuar mais aqueles que tiverem produções acadêmicas na área do concurso.

3. A banca avaliará de modo geral outras atividades desenvolvidas pelos candidatos e que contribuam para a análise de seu perfil e para sua classificação, incluindo outras atividades acadêmicas ou experiências profissionais. As prioridades a seguir foram propostas, porém, a banca poderá considerar também outras atividades, se necessário.

## **9.3. Prova Didática**

**a)** Constará de aula teórica em nível de graduação, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos e, no máximo, 60 minutos. Não sendo cumpridos os limites de tempo (40 a 60 minutos), será atribuída nota 0 (zero) ao candidato. Para a realização dessa prova, o candidato deverá definir, no ato da inscrição, dois dos pontos publicados no edital. A prova didática será realizada sobre ponto diferente daquele sorteado na prova escrita. O candidato cujos pontos não foram sorteados na prova escrita, na data da mesma deverá indicar o ponto a ser apresentado na prova didática. A apresentação obedecerá à sequência da ordem de inscrição dos candidatos.

**b)** Obedecerá aos seguintes critérios, bem como as respectivas pontuações e será avaliada por todos os membros da banca examinadora, totalizando três notas, variando de 0 a 10, com aproximação até a primeira casa decimal, sendo essas notas utilizadas no cálculo da média final de cada candidato:

- Plano de aula: 1,0
- Adequação ao tema e abordagem do assunto, nível de graduação: 1,0
- Domínio teórico e conceitual do assunto: 2,0
- Exatidão e atualidade das informações: 1,0
- Desenvolvimento sequencial do tema em ordem lógica: 1,0
- Clareza e objetividade: uso de frases curtas, em ordem direta e sem digressões: 1,0
- Adequação da linguagem e correção gramatical: 1,0
- Capacidade de síntese e abrangência: 1,0
- Utilização adequada dos recursos didáticos disponíveis: 1,0

#### **9.4. Prova de Análise e Arguição do Projeto de Pesquisa, do Plano de Atividades para a Graduação e para a Pós-graduação e do Plano de Ações de Extensão Universitária.**

**a)** O projeto de pesquisa, com duração de 24 meses, o plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação, referente a 01 ano letivo, e o plano de ações de extensão universitária, referente a 01 ano letivo, apresentados no ato da inscrição, terão pontuação média máxima de 10 pontos e serão avaliados, individualmente, pelos membros da banca examinadora, com base nos critérios apresentados nos itens "b", "c" e "d" abaixo, com suas respectivas pontuações.

**b)** Projeto de Pesquisa (pontuação máxima 10 pontos)

- Relevância do tema para a área em que o projeto proposto está inserido: 2,0
- Clareza, pertinência, originalidade e fundamentação dos objetivos: 2,0
- Fundamentação teórica e coerência dos métodos empregados com os objetivos propostos: 2,0
- Adequação do projeto ao(s) grupo(s) e à(s) linha(s) de pesquisa do Departamento/Coordenadoria de Curso: 2,0
- Cronograma físico-financeiro: 1,0
- Exequibilidade: 1,0

**c)** Plano de atividade para a graduação e para a pós-graduação (pontuação máxima 10 pontos)

- Coerência em relação ao(s) projeto(s) político-pedagógico(s) de graduação e com a(s) proposta(s) de programa(s) de pós-graduação: 3,0
- Articulação entre ensino e orientação de graduação e de pós-graduação: 3,0
- Proposta de emprego de metodologias ativas de ensino: 2,0
- Demonstração de exequibilidade do plano: 2,0

**d)** Plano de ações de extensão universitária (pontuação máxima 10 pontos)

- Coerência entre objetivo, fundamentação teórica e metodologia: 2,5
- Adequação e relevância das ações de extensão universitária, em relação ao público alvo: 2,5
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: 2,0
- Nível de exequibilidade: 2,0
- Nível de visibilidade: 1,0

**e)** A arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação e do plano de ações de extensão universitária terá a pontuação máxima de 10 e obedecerá à sequência da ordem de inscrição dos candidatos. O tempo de arguição de cada membro da banca examinadora será de, no máximo, 30 minutos, sendo 15 minutos para perguntas e 15 minutos para respostas. A prova de análise e de arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós-graduação e do plano de ações de extensão universitária

receberá nota individual dos três membros da banca examinadora, variando de 0 a 10, com aproximação até a primeira casa decimal, sendo essa nota utilizada no cálculo da média final de cada candidato.

f) A nota final dessa prova corresponderá à média das notas atribuídas nas etapas de análise e de arguição do projeto de pesquisa, do plano de atividades para a graduação e para a pós graduação e do plano de ações de extensão universitária.

## **10. HABILITAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE**

**10.1.** Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem média igual ou superior a 7,0 (sete) atribuídas por, pelo menos, 2 (dois) membros da Banca Examinadora.

**10.2.** Cada Examinador indicará os candidatos segundo as notas atribuídas.

**10.3.** A ordem de classificação dos candidatos será estabelecida em razão do maior número de indicações por parte dos membros da Banca Examinadora.

**10.4.** No final do concurso público, o presidente da banca examinadora fará a leitura pública do relatório final, divulgando as médias de todas as provas dadas pelos membros da banca examinadora e o resultado final será disponibilizado no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> e publicado no Diário Oficial do Estado.

**10.5** Em caso de empate nas indicações, a classificação será feita pela média geral dos candidatos empatados.

**10.6.** Em caso de empate, a banca examinadora utilizará, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

**a)** idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada;

**b)** maior média na prova de títulos;

**c)** maior média na prova didática;

**d)** maior nota na prova escrita;

**e)** mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

## **11. NOMEAÇÃO e POSSE**

**11.1.** Por ocasião da nomeação, o candidato deverá apresentar os documentos originais constantes nos subitens 4.1.1. a 4.1.3;

**11.2.** Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, quando do sexo masculino;

**11.3.** Comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral, a ser obtido no site da justiça eleitoral;

**11.4.** Comprovante de estar com o CPF regularizado, a ser obtido no site da receita federal;

**11.5.** Não registrar antecedentes criminais;

**11.6.** A inexistência e/ou irregularidades nos documentos, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da nomeação, acarretarão a nulidade da inscrição com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

**11.7.** O candidato convocado deverá apresentar ao Departamento de lotação, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, um Projeto de Pesquisa relativo ao regime de trabalho referente ao concurso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa, contados a partir do atendimento da convocação para nomeação.

**11.8.** Caberá ao Departamento de Administração e Supervisão Escolar a elaboração do Plano Global das Atividades a serem desenvolvidas pelo docente. Após a aprovação do Plano pelos órgãos competentes da UNESP, os atos de nomeação e de aplicação do regime especial de trabalho serão publicados concomitantemente.

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Quando os prazos previstos para inscrição e/ou recurso terminarem em sábado, domingo, feriado ou dia em que não houver expediente ou que o expediente for encerrado antes do horário normal, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

**12.2.** Será eliminado do concurso público o candidato que não comparecer na sala ou local de sorteio/prova no horário estabelecido e/ou não atender ao disposto no item 8.2. e seus subitens

**12.3.** O resultado final do concurso será publicado no DOE e disponibilizado no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>.

**12.4.** Caberá recurso à Congregação, sob os aspectos legal e formal do concurso, no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br> no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da

divulgação do resultado final do concurso público no DOE.

**12.5.** A Congregação terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder ao recurso impetrado, a contar do término do prazo de recurso. Poderá o Diretor da Unidade Universitária responder ao recurso protocolado "ad referendum" da Congregação, cujo resultado deverá ser disponibilizado no endereço eletrônico <https://inscricoes.unesp.br>.

**12.6.** O candidato nomeado deverá prestar serviços dentro do horário estabelecido pela Administração.

**12.7.** A permanência do candidato nomeado ficará condicionada ao reconhecimento da equivalência do título pela UNESP, quando o mesmo tenha sido obtido em curso não credenciado.

**12.8.** Implicará na exoneração do servidor:

**a)** a não apresentação do Projeto de Pesquisa em consonância com o Plano Global de Atividades no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, devidamente protocolado, conforme item 11.7;

**b)** em caso de não haver parecer favorável da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) à aplicação do regime especial de trabalho docente ao interessado;

**c)** o não reconhecimento da equivalência do título pela UNESP;

**d)** a não apresentação da cédula de identidade com visto permanente, no caso de candidato estrangeiro.

**12.9.** O prazo de validade do concurso público será de 06 (seis) meses, contado a partir da data da homologação no DOE, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

**12.10.** Não haverá devolução de importância paga, ainda que maior, menor ou em duplicidade, nem isenção total de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado.

**12.11.** A devolução da importância paga somente ocorrerá se o concurso público não se realizar.

**12.12.** É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações no DOE, referentes ao presente concurso.

**12.13.** Os questionamentos relativos a casos omissos ou duvidosos serão julgados pela Banca Examinadora e/ou pela Administração da Unidade Universitária.

**12.14.** O Curriculum Lattes documentado ficará à disposição dos candidatos durante o prazo de validade deste concurso. Após este prazo, se não retirado, será descartado.

**12.15.** A inscrição implicará no conhecimento deste edital e no compromisso de aceitação das condições do concurso, aqui estabelecidas, bem como das normas vigentes que regem a aplicação de regimes especiais de trabalho docente na UNESP (RTC/RTC - Resolução Unesp nº 85/1999 e suas alterações, regulamentada pela Portaria Unesp 06/2000 e suas alterações - disponíveis no endereço eletrônico: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>).

**12.16.** O candidato será responsável por qualquer erro, omissão e pelas informações prestadas no ato da inscrição.

**12.17.** O candidato que prestar declaração falsa, inexata ou, ainda, que não satisfaça a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada, e em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado e que isso seja constatado posteriormente.

**12.18.** As nomeações estarão condicionadas à existência de dotação orçamentária específica e à observância das demais normas financeiras consubstanciadas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**12.19.** Observado o disposto em 12.18, os candidatos aprovados no concurso são detentores de mera expectativa de direito à nomeação.

**12.20.** Os candidatos aprovados em número excedente ao de vagas têm a expectativa de direito à nomeação limitada pelo prazo de validade do concurso, tanto o inicial quanto o eventualmente prorrogado.

**12.21.** A nomeação obedecerá à rigorosa ordem de classificação, sendo nula a investidura com preterição.

**12.22.** Caso o candidato classificado não assuma o cargo no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua nomeação, nem solicite prorrogação de prazo, nos termos da legislação em vigor, será nomeado o candidato classificado na sequência e, assim, sucessivamente.

**12.23.** Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no DOE.

## **ANEXO I**

### **PROGRAMA**

- 1 Gestão e Organização da Educação Básica
- 2 Reforma do Estado, descentralização e privatização da educação
- 3 Direito à educação e obrigatoriedade escolar
- 4 Supervisão Educacional e Coordenação Escolar
- 5 Políticas e gestão do currículo na escola de educação básica
- 6 Políticas de avaliação da educação básica
- 7 Gestão democrática e participação na escola
- 8 Modelos alternativos de gestão da educação
- 9 Políticas de formação e de valorização dos profissionais da educação
- 10 Financiamento da educação e controle social

## **ANEXO II**

### **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. O Coordenador pedagógico e o espaço da mudança. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012. 128 p.
- ANTUNES, Ângela. Aceita um conselho?: como organizar o colegiado escolar. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008. 224 p. il. -
- COSTA, Vera Lúcia Cabral; SARMIENTO GOMEZ, Alfredo; MEDICI, André; NASPOLINI, Antenor; CARDOSO, Beatriz; BRASLAVSKY, Cecília; CUADRA, Gustavo; LOUREIRO, João de Jesus Paes; TEJADA, Jorge; CASASSUS, Juan; LEVER, Lorenza Villa; CASTRO, Maria Helena Guimarães de; WAHRHAFTIG, Ramiro; NEUBAUER, Rose; BERGER FILHO, Ruy Leite; DRAIBE, Sonia; LOBO, Thereza. Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: FUNDAP: Cortez, 1999. 254 p. -
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. São Paulo: Cortez, 1999. 260 p.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão popular, 2018. 160 p.
- GIMENO SACRISTÁN, José; SSÓ, Ernani; HORN, Maria da Graça Souza. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000. 352 p. il. -
- LIMA, Licínio C. Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000. 116 p. –
- ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Orgs.). Gestão municipal da Educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna. Goiânia: Funape; Recife: ANPAE, 2013
- ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. de. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. Educação e Sociedade, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174,dez. 2013.
- ALVES, N. Sobre a Possibilidade e a Necessidade Curricular de uma Base Nacional Comum. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1464 – 1479 out./dez. 2014.
- BALL, Stephen. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem fronteiras, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 99-116.
- BAUER, A.; SOUSA, S. Z. L. ; HORTA NT, J. L. ; VALLE, R ; PIMENTA, C. O. Iniciativas de avaliação do ensino fundamental em municípios brasileiros: mapeamento e tendências. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 22, p. 1-19, 2017.
- BONAMINO, A.; SOUSA, S.Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa. São Paulo, v.38, n.2, p.373-388, abr./jun. 2012.
- BRUNO, Lucia. Gestão da Educação escolar indígena diferenciada:

- Contradições, limites e possibilidades. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 92, n. 232, p. 639-662, set/dez 2011.
- CALDART, R. *Pedagogia do Movimento Sem-Terra*. São Paulo: Expressão popular, 2004.
- CALDART, Roseli et al. (Orgs.). *Caminhos para a transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DAVIES, N. Fundeb: uma avaliação. *Revista Educação e Políticas em Debate*. v. 10, n. 1, p. 100-115. 2021.
- FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.
- JACOMINI, M A.; PENNA, M. G. de O. *Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional*. Pro-Posições [online]. 2016, v. 27, n. 2
- LIMA, L.C. Privatização Lato Sensu e Impregnação empresarial na gestão da educação pública. *Porto Alegre: Currículo Sem Fronteiras*, v. 18, n.1, p. 129-144, jan./abr. 2018.
- LUCE, M. B. M.; MEDEIROS, I. L. P. (orgs.). *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.
- MACEDO, E. Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 36, p. 891-908, 2015.
- MOREIRA, A. F; SILVA, T. T. 5a reimp. *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2018.
- PERONI, V.M.V. Múltiplas formas de Materialização do Privado na Educação Básica Pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. *Porto Alegre: Currículo Sem Fronteiras*, v. 18, n.1, p. 212-238, jan./abr. 2018.
- SILVA, F. C. da. (Org.). *Controle social na Educação*. São Carlos: Pixel, 2016
- SILVA, F. C. da. *O financiamento da educação básica e os programas de transferências voluntárias*. SP: Xamã, 2011
- SOUZA, D. B. de. (Org.). *Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania*. SP: Xamã, 2008.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloisa Maia. *Gestão democrática da escola no Brasil: desafios à implementação de um novo modelo*. *Revista Iberoamericana de educación*, v. 67, n. 1, p. 19-38, 2015.
- ARELARO, L. R. G.; JACOMINI, M.; KLEIN, S. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. *Educação e Pesquisa*. São Paulo: FE/USP, vol. 37, n. 1, p. 35-51, jan.-abr. 2011.
- CORREA, B. C.; GARCIA, T. O. (orgs.). *Políticas educacionais e organização do trabalho na escola*. São Paulo: Xamã, 2008.
- CURY, C. R. J.; FERREIRA, L. *Obrigatoriedade da educação das crianças e adolescentes: uma questão de oferta ou de efetivo atendimento? Nuances: estudos sobre educação*. Presidente Prudente: Editora da UNESP, Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 124-145, jan./dez. 2010.
- DALE, R. *Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"?* *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 423-460, mai./ago. 2004.
- FERNANDES, F; CAMPOS, Maria Malta. *Educação Infantil no Brasil: reflexões sobre a supervisão e gestão de recursos humanos*. *Revista*

Brasileira de Política e Administração da Educação - v. 31, n. 2, p. 275

- 292 mai./ago. 2015

FERNANDES, M. J. S. O professor coordenador e a fragilidade da carreira docente. Estudos em Avaliação Educacional, v. 20, p. 411-424, 2009.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO, José Marcelino Rezende; CORBUCCI, Paulo Roberto (orgs.). Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar.

Cadernos de Pesquisa. São Paulo: FCC, n. 104, jul. 1998

LIBANÊO, José Carlos. Organização e gestão da escola: Teoria e Prática. Goiás: Alternativa, 1996.

MACHADO, L. M. Quem embala a escola? In: MACHADO, L. M. e MAIA, G. Z. Abdian (orgs.). Administração e Supervisão escolar. Questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 2000.

MACHADO, L. M. e FERREIRA, N. S. (orgs.). Política e Gestão da educação: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. Biblioteca Anpae.

PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 4a reimpressão, 2018.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. de; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009.

PINTO, J. M. R. Federalismo, descentralização e planejamento da educação: desafios aos municípios. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, vol. 44, n.153, p. 624-644. 2014.

PISTRAK, M. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SOUZA, D. B. de; FARIA, L. C. M. de. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. Ensaio: avaliação, políticas públicas e educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 925-944, dez. 2004.

### **ANEXO III**

#### **Cronograma Previsto\***

Inscrições	de 14/03 a 12/04/2022
Publicação da Banca examinadora e Análise das inscrições	07/05/2022
Período para recurso - Banca examinadora	de 09 a 10/05/2022
Período para recurso - Análise das inscrições	de 09 a 13/05/2022
Convocação para as provas	28/05/2022
Provas	de 06 a 10/06/2022
*Estimativa baseada num concurso com até 12 candidatos, com fases sequenciais	